



449
F

Numeração Única: 0069596-91.2009.4.01.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2009.01.00.072065-0/DF

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR : ADRIANA MAIA VENTURINI
AGRAVADO : ABRAFARMA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE REDES DE FARMACIAS E DROGARIA
ADVOGADO : VICENTE NOGUEIRA E OUTROS(AS)

DECISÃO

3 Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), inconformada com a decisão (cópia – fls. 310-320), que, em ação ordinária, antecipou os efeitos da tutela, para desobrigar os associados da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDES DE FARMÁCIAS E DROGARIAS (ABRAFARMA) de cumprir determinações constantes das Instruções Normativas n. 9/2009 e 10/2009 e da Resolução n. 44/2009, todas editadas pela Anvisa, as quais tratam “sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias” (fl. 85), bem como da “relação dos medicamentos isentos de prescrição que podem permanecer ao alcance dos usuários para obtenção por meio de auto-serviço em farmácias e drogarias” (fl. 86) e, ainda, “dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias” (fl. 80).

3 Em suas razões, alega, preliminarmente, que a o art. 16 da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 9494/1997, determina que a eficácia da decisão proferida nas ações coletivas, em geral, seja restrita aos limites territoriais do órgão prolator, razão pela qual pede que, em caso de manutenção da decisão agravada, sejam seus efeitos limitados ao Distrito Federal.

Quanto ao mérito, sustenta que editou as referidas normas em decorrência do seu poder regulamentador, conferido pela Lei n. 9.782/1999, com o objetivo de uniformizar a prestação de serviços por todas as farmácias e drogarias do País. Acrescenta que as alterações no texto da Lei n. 5.991/1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, não conduzem à interpretação de que as atuais farmácias e drogarias possam atuar como “drugstores”, para comercializarem uma infinidade de produtos, sem a observância das normas sanitárias.



Numeração Única: 0069596-91.2009.4.01.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2009.01.00.072065-0/DF

450
F

Conclui, argumentando que a manutenção da decisão combatida implicaria contemplação dos interesses comerciais dos associados da parte agravada, em detrimento da saúde, a qual constitui bem jurídico de maior relevância, além de ensejar lacuna no corpo normativo referente à fiscalização sanitária.

Decido.

Para se conferir efeito suspensivo à decisão impugnada por meio de agravo de instrumento, indispensável a presença, simultânea, dos pressupostos inerentes ao *fumus boni iuris* e ao *periculum in mora*. Sem entrar no âmbito do primeiro, penso que o segundo não está configurado, pois, conforme consignado na decisão agravada (fl. 319):

(...) ainda que a aplicação das normas contestadas nesta ação só devam produzir efeitos em fevereiro de 2010, as mesmas implicariam em alterações de grande monta em inúmeras lojas, como alteração do espaço físico das lojas, decisões sobre o que fazer com o estoque de mercadorias (liquidar ou não, repor ou não) e redução do número de empregados (uma vez que, se passarem a comercializar menos produtos e prestarem menos serviços, as empresas terão necessidade de número menor de empregados, sendo inevitáveis as demissões diante da perda de faturamento).

Por outro lado, não haveria *periculum in mora* inverso, uma vez que a ANVISA pretende, com as normas contestadas, alterar uma realidade fática que existe há pelo menos uma década.

De fato, a atribuição de efeito suspensivo à decisão agravada implicaria desmedidos transtornos aos inúmeros associados da parte agravada, ante a proximidade da data em que surtiriam efeito as normas impugnadas pela recorrida. Ademais, entendo que a manutenção da decisão agravada implica, tão somente, continuidade de uma realidade que se verifica, há tempos, no mercado nacional.

Indefiro, pois, a suspensão dos efeitos da decisão agravada.

Merece prosperar, contudo, o pleito da agravante, no ponto em que pretende restringir a eficácia da decisão aos limites territoriais do órgão prolator, no caso o Distrito Federal. É que assim determina o art. 16 da Lei n. 7.347/1985, bem como o art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997, ao tratarem dos limites da coisa julgada nas ações coletivas. Destarte, a decisão agravada beneficia apenas os substituídos que, na data da propositura da ação, tenham domicílio no Distrito Federal.



Numeração Única: 0069596-91.2009.4.01.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 2009.01.00.072065-0/DF

Confira-se o que decidiu o colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.012.591/PE, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe de 1º.02.2010, cuja ementa foi assim lavrada:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO COLETIVA. EFEITOS DA SENTENÇA. LIMITES. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO PROLATOR DA SENTENÇA. ART. 2º-A DA LEI 9.494/97. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 2º-A da Lei 9.494/97, "A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator".

2. Agravo regimental improvido.

Do exposto, defiro parcialmente o pedido, para restringir os efeitos da decisão agravada aos limites territoriais da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Comunique-se.

Intimem-se.

Publique-se.

Após, retornem-me os autos conclusos.

Brasília, 17 de fevereiro de 2010.


Des. Federal DANIEL PAES RIBEIRO
Relator

